

Operações ARO chegam a R\$ 2,9 bilhões

Agliberto Lima/AE—9/7/95

Volume de empréstimos tomados por Estados e municípios neste ano é 112% maior que em 94

MÔNICA IZAGUIRRE

BRASÍLIA — O valor das autorizações para que Estados e municípios tomassem empréstimo a título de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) de janeiro a setembro de 1995 chegou a R\$ 2,9 bilhões, superando em 112% o montante autorizado no mesmo período de 1994. Os dados foram divulgados pelo chefe do Departamento de Dívida Pública (Dedip) do Banco Central, Jairo Ferreira. Esta foi a primeira vez que o banco divulgou informações sobre a dívida contratual de Estados e municípios.

Os dados levaram o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, a garantir, ontem, que a solução para as dívidas dos tesouros estaduais e municipais deve vir acompanhada de um "vigoroso plano de venda de ativos", ou seja, de privatização de empresas e outros bens de propriedade de Estados e municípios. Numa resposta aos críticos da política de juros do governo, Loyola disse que não se resolve o problema da dívida baixando juros, mas pagando a dívida.

O crescimento das operações do tipo ARO tem sido classificado como preocupante pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, principalmente por se tratar de empréstimos de curto prazo. As normas exigem que as ARO sejam quitadas no máximo até o 30º dia do ano seguinte ou 30 dias antes de acabar o mandato do governante.

A tese defendida por Loyola é a de que os Estados e municípios se desfalcam de bens como forma de levantar recursos para abater dívidas. "É uma solução lógica, natural." O presidente do BC entende ainda que a solução para o endividamento deve



Gustavo Loyola: ajuste e venda de ativos para pagar dívidas

AUMENTO PREOCUPA EQUIPE ECONÔMICA

ser "combinada com um processo de ajuste das despesas".

Somada à fala de Loyola, a iniciativa do BC de divulgar números que nunca se preocupou antes em informar sugerem mais uma ação deliberada para justificar em última instância a necessidade de reforma administrativa. Malan tem dito que o aumento das operações de ARO são na verdade resultado do desequilíbrio primário de contas. Ou seja, as receitas correntes dos Estados e municípios não tem sido suficientes para bancar as despesas correntes. O motivo maior do desequilíbrio, por sua vez, é o aumento acelerado das despesas com pessoal, problema que só a reforma administrativa pode resolver de forma definitiva, na avalia-

ção do governo federal.

O presidente do BC não perdeu a oportunidade para bater também nesta tecla. Loyola definiu a deterioração das finanças estaduais e municipais como um "problema crônico", provocado principalmente pelo "crescimento endógeno dos gastos com pessoal". A reforma administrativa e a parte da reforma previdenciária referente ao setor público são consideradas necessárias para que os governos possam demitir pessoal e limitar vantagens, como aposentadorias milionárias, reduzindo, assim, gastos com os servidores.

As operações de ARO vem aumentando, na avaliação do governo federal, principalmente porque os governadores e prefeitos são obrigados a antecipar receita para pagar pessoal. Os juros cobrados sobre essas operações foram em média (ponderada) de 5,21% no mês de setembro, conforme o Banco Central.